



11 DE AGOSTO DE 2015
Terça-feira

- OPERÁRIOS DA VOLKSWAGEN EM TAUBATÉ REJEITAM CONGELAR SALÁRIOS
- INOVAÇÃO EM ENERGIA DECEPCIONA
- REAJUSTES DEIXAM TARIFA DE ENERGIA EM NOVO NÍVEL
- REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO ELEVARÁ EM R\$ 40 BI GASTO DA PREVIDÊNCIA EM 2016
- IVECO SUSPENDE PRODUÇÃO E FIAT DÁ NOVAS FÉRIAS COLETIVAS
- GOVERNO VAI REDUZIR PREÇO DA BANDEIRA VERMELHA DA CONTA DE LUZ EM ATÉ 20%
- ANEEL DIZ QUE CENÁRIO AINDA NÃO É DE RETIRAR BANDEIRA VERMELHA NA CONTA DE LUZ
- FLUXO DE VEÍCULOS PESADOS FRACO FAZ ÍNDICE ABCR RECUAR 1% EM JULHO
- VENDA DAS AUTOPEÇAS CAI 13% NO 1º SEMESTRE
- HONDA POP TROCA CARBURADOR POR INJEÇÃO
- NOVELIS LANÇA NOVA GERAÇÃO DE ALUMÍNIO DE ALTA RESISTÊNCIA ADVANZ 7000
- GM DEMITE SÁBADO E TEM GREVE NA SEGUNDA
- IMPLEMENTOS TÊM RECUO DE 40,5% ATÉ JULHO
- KLABIN CONSTRÓI NO PARANÁ UMA DAS MAIORES FÁBRICAS DE CELULOSE DO MUNDO
- CONHEÇA A NOVA PLATAFORMA ONLINE PARA INVESTIMENTO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
- VENEZUELA É 1º PAÍS DA AMÉRICA LATINA EM RESERVAS DE OURO; BRASIL ESTÁ EM 3º
- INDÚSTRIAS DO VALE DO AÇO MUDAM O FOCO

- GE AMPLIA EM MAIS DE 70% CAPACIDADE DE PRODUÇÃO EM TURBINAS EÓLICAS NO BRASIL
- RECEITA DA GERDAU SOBE, MAS GANHO DEVE CAIR
- DESLIGAMENTO DE TÉRMICAS REDUZ PROJEÇÃO DE DÉFICIT HÍDRICO PARA 2015, DIZ CCEE
- MERCADO SIDERÚRGICO NACIONAL JÁ SOFRE COM INVESTIGAÇÕES ANTIDUMPING
- PRINCIPAL ESTADO EXPORTADOR DE MINÉRIO DE FERRO DA ÍNDIA RETOMA A PRODUÇÃO APÓS 3 ANOS
- ESTRATÉGIA DA GLENCORE PREOCUPA INVESTIDORES E AÇÃO CAI 44% EM 12 MESES
- CRISE COLOCA 75 MIL MICRO E PEQUENAS INDÚSTRIAS EM RISCO DE FECHAMENTO

CÂMBIO		
EM 11/08/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,491	3,492
Euro	3,876	3,877

Fonte: BACEN

Operários da Volkswagen em Taubaté rejeitam congelar salários

11/08/2015 – Fonte: Valor Econômico

Trabalhadores da Volkswagen na fábrica de Taubaté, no interior paulista, rejeitaram hoje a proposta apresentada pela montadora que previa congelamento dos salários e outras medidas para evitar demissões na unidade, onde é produzido o subcompacto Up!, além do sedã Voyage e o hatch Gol.

Segundo o sindicato dos metalúrgicos da região, cerca de 90% dos operários reprovaram o acordo coletivo negociado nos últimos três meses com a montadora durante assembleia conjunta das equipes do primeiro e segundo turno. A entidade diz que vai notificar a empresa sobre o resultado da votação e se coloca à disposição para discutir uma nova proposta.

A Volks não vai se manifestar sobre a decisão dos trabalhadores. Na quarta-feira, porém, informou que vinha negociando com o sindicato uma "proposta balanceada" para adequar a estrutura de custos e efetivo na fábrica de Taubaté, assegurando assim a sustentabilidade do negócio.

A pauta reprovada hoje buscava revisar um acordo celebrado há mais de três anos e que estabelece aumento dos salários de 2% acima da inflação em março de 2016. A ideia da montadora era trocar esse reajuste por um abono, não incorporado ao salário, de R\$ 8,8 mil.

Fora isso, a proposta incluía mecanismos para a companhia administrar o excesso de mão de obra na fábrica, estimado em 500 trabalhadores, ou cerca de 11% do efetivo de 4,5 mil funcionários.

Além do "layoff" (suspensão temporária de contratos de trabalho), ferramenta já usada em Taubaté, o pacote previa a abertura de um programa de demissões voluntárias (PDV), incentivos à antecipação de aposentadoria e a possibilidade de adesão ao PPE, o programa de proteção ao emprego que permite às empresas reduzir temporariamente em até 30% jornadas e gastos com salários, em troca da garantia de manutenção dos empregos.

Inovação em energia decepciona

11/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Meses antes da cúpula do clima em Paris, marcada para dezembro, quando países ricos e pobres esperam entrar em acordo sobre uma estratégia para desacelerar o aquecimento global, a Agência Internacional de Energia (AIE) apresentou uma previsão sombria.

Mesmo pelas avaliações mais otimistas, limitar o aquecimento da atmosfera a 2°C acima da média da era pré-industrial —considerado um ponto de inflexão na direção de uma perturbação climática— parece estar ficando fora de alcance.

"Pela primeira vez desde que a AIE começou a monitorar o progresso da energia limpa, nenhum dos campos tecnológicos acompanhados está cumprindo seus objetivos", escreveu a diretora-executiva da agência, Maria van der Hoeven. "Nossa capacidade de produzir um futuro em que as temperaturas aumentem de forma modesta corre o risco de ficar ameaçada."

A utilização de energia renovável está avançando, mas não com rapidez suficiente. A energia nuclear está abaixo da curva. Tecnologias-chave como a captura e o armazenamento de carbono, que o Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática considerou críticas para nos mantermos dentro da meta, ainda estão na infância. A única usina de energia movida a carvão em escala comercial equipada com tecnologia de captura de dióxido de carbono foi inaugurada em outubro passado no Canadá.

Em 2014, os investimentos globais em energia renovável diminuíram pelo quarto ano consecutivo, para menos de US\$ 250 bilhões. Os Estados Unidos poderiam estar na liderança no desenvolvimento de novas energias alternativas, mas não estão.

Inundada de energia barata do óleo de xisto e de gás, os EUA perderam de vista o objetivo: descarbonizar o suprimento de energia mundial em questão de décadas.

Considere o sol. O mundo deu enormes saltos em tecnologia solar. No entanto, ela ainda representa apenas 1% da energia mundial. Para acompanhar a crescente demanda por eletricidade, a energia solar deveria fornecer 27% da energia elétrica até 2050, segundo um modelo da AIE.

Um relatório de pesquisadores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) salientou os obstáculos no caminho da energia solar: ela ainda é mais cara que os

combustíveis fósseis; é diminuta em relação ao grande papel que precisa desempenhar no sistema energético global; e é intermitente.

Para começar, há a necessidade de armazenar energia em grande escala: enormes baterias, talvez, ou geradores a gás natural com tecnologia de captura de carbono para compensar a redução quando o sol baixa. Nada disso existe ainda.

Também é necessário um salto na tecnologia de conversão de fótons em energia elétrica para reduzir o preço. Os painéis solares baseados em silício que hoje produzem a maior parte da energia solar não resolvem esse problema.

Cientistas e empresários desenvolveram abordagens promissoras a esses desafios, mas sua viabilidade comercial continua indefinida.

O setor privado por sua própria conta não irá financiar a pesquisa adicional necessária. “É patético ver como existem poucos recursos”, disse David Miller, do grupo Clean Energy Venture, que fornece capital para inovadores em energia. “Eles poderiam atingir a escala comercial, mas não têm fundos para chegar lá.”

O orçamento para pesquisa, desenvolvimento e demonstração do Departamento de Energia dos EUA continua estagnado em cerca de US\$ 5 bilhões, mais ou menos o mesmo que meia década atrás, empalidecendo ao lado dos esforços de outros países. A China, por exemplo, gasta um quinto de seu orçamento de pesquisa em energia.

“É crítica a mudança de ritmo no compromisso dos EUA com a inovação em energia”, segundo um relatório divulgado em fevereiro pelo Conselho Americano de Inovação Energética.

“Qualquer líder empresarial sério reconheceria que o país precisa aproveitar sua força atual e agir agora para criar um futuro energético limpo.”

Muitos líderes políticos pensam de modo diferente. Até agora, o apoio federal à pesquisa básica de energia foi barrada pelos muitos republicanos no Congresso que negam a mudança climática causada pelo homem e se opõem a gastar mais para evitá-la.

Com o Congresso bloqueando as verbas para inovação, o governo Obama recorreu ao único instrumento a seu alcance para mudar o perfil energético do país: a regulamentação. A Agência de Proteção Ambiental vai revelar em breve as regras finais do plano de energia limpa, que obrigará usinas a reduzir emissões de gases do efeito estufa.

Reajustes deixam tarifa de energia em novo nível

11/08/2015 – Fonte: EM.com

A sequência de reajustes aprovados desde o ano passado inaugurou um novo patamar de tarifa de energia elétrica no Brasil, num momento em que o poder aquisitivo do consumidor está em queda por causa da inflação e renda menor.

Até julho, a maior tarifa residencial do País beirava R\$ 600 o megawatt hora (MWh) e, dependendo das condições hidrológicas e de acordos em negociação, pode ultrapassar novas barreiras. Das dez maiores tarifas que já tiveram reajustes aprovados neste ano, apenas uma está abaixo de R\$ 500 o Mwh.

Em dois anos, o preço da energia para os consumidores residenciais dobrou em algumas distribuidoras. Foi o caso da Copel, estatal do Paraná, cuja tarifa subiu 102,95%, de R\$ 242,58 o MWh, em 2013, para R\$ 492,31 agora.

Só neste ano, a tarifa da empresa - que não quis falar sobre o assunto - subiu 50%. Parte do aumento, como ocorreu nas demais empresas, foi para cobrir o rombo de R\$ 22 bilhões da Contribuição de Desenvolvimento Energético (CDE).

Em 2012, a MP 579, que antecipou a prorrogação das concessões de geração e transmissão de energia, reuniu uma série de custos de políticas públicas (subsídios) nessa conta para ser paga pelo Tesouro Nacional.

Até o ano passado, o governo havia aportado R\$ 21,6 bilhões para pagar todas as despesas embutidas nessa conta, como os subsídios para o Luz para Todos. Mas, com o ajuste fiscal em curso, o governo desistiu de bancar os custos e jogou a conta para a sociedade.

Na lista das dez maiores tarifas do País, uma parte das empresas foi duplamente punida pelo aumento da CDE. São distribuidoras menores, que compram energia de grandes concessionárias e não diretamente de geradoras.

Nesse processo, elas absorvem o efeito direto da CDE e indireto por meio das tarifas cobradas das distribuidoras. É o caso da Companhia Força e Luz do Oeste, atendida pela Copel; e Nova Friburgo, pela Ampla. A tarifa das duas, administradas pela Energisa, subiu 85% e 61%, respectivamente.

Além das duas empresas, a Energisa tem uma outra concessionária na lista das dez maiores tarifas. Trata-se da Energisa Minas Gerais: o preço para o consumidor está em R\$ 501,10.

O aumento das tarifas também é reflexo da crise hidrológica que atingiu o País nos últimos anos, reduziu o nível dos reservatórios e ajudou a afundar o plano do governo de diminuir o custo da energia. Em 2013, com a prorrogação das concessões, a presidente Dilma Rousseff forçou uma queda, em média, de 20% da tarifa.

Mas, como algumas empresas não aderiram às regras de renovação das concessões, as distribuidoras ficaram sem contrato de garantia para atender 100% de seu mercado e tiveram de ir ao mercado à vista para comprar energia, com o preço em alta por causa da seca.

Para garantir o abastecimento da população, todas as térmicas foram acionadas e o custo bilionário foi repassado para o consumidor. Na semana passada, o governo autorizou o desligamento de 21 térmicas com custo acima de R\$ 600 o MWh. Mas, por ora, a medida não significará recuo da tarifa de energia.

Na avaliação de especialistas, os consumidores ainda verão uma forte pressão sobre as tarifas, pelo menos, até o ano que vem. O presidente da comercializadora Comerc, Christopher Vlavianos, observa que a alta da moeda americana terá reflexos para o consumidor, já que a energia da Hidrelétrica de Itaipu é cotada em dólar. No ano passado, nessa época do ano, a cotação estava em torno de R\$ 2,30. Agora está em R\$ 3,53.

O professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Adilson de Oliveira, afirma que há ainda outros riscos que rondam as tarifas de energia nos próximos anos. Uma delas é o acordo sobre o risco hidrológico, que é o déficit na geração

de energia (chamado de GSF) e que tem provocado prejuízos bilionários para os geradores.

O acordo está baseado em duas fases. A primeira delas envolve o período de 2015 e 2016, em que os geradores assumem o risco hidrológico do País. A segunda fase refere-se ao período pós-2017, em que o risco hidrológico será repassado para o consumidor - ou seja, por meio de aumento de tarifa.

Outro fator de risco, diz Oliveira, refere-se à queda do consumo verificada nos últimos meses. Como há previsão de entrada em operação de novas usinas, poderá haver ociosidade da capacidade instalada do País. "Se a economia não cresce, não há consumo de energia (o que está ocorrendo agora)."

Industrial. Da mesma forma que o residencial, o consumidor industrial também sofre o impacto da sequência de reajustes tarifários. A Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), que representa grupos como Alcoa, Gerdau, Braskem, Vale e Votorantim, entrou na Justiça para evitar o pagamento da CDE. "A grande indústria que consome muita energia e usa pouco o fio passou a pagar mais", afirma o presidente da Abrace, Paulo Pedrosa. As informações são do jornal

Reajuste do salário mínimo elevará em R\$ 40 bi gasto da Previdência em 2016

11/08/2015 – Fonte: EM.com

O gasto previdenciário terá um forte crescimento em 2016. A despesa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com todos os benefícios deverá chegar a R\$ 488,579 bilhões, um aumento considerável ante os R\$ 438,971 bilhões que serão desembolsados pelo governo em 2015, segundo cálculos da consultoria Tendências.

A despesa previdenciária deverá ser impulsionada sobretudo pelo aumento do salário mínimo, causado pela inflação elevada de 2015. "Em torno de 70% das aposentadorias e pensões são de até um salário mínimo", afirma Fabio Klein, economista da Tendências.

Na previsão feita pelo economista-chefe da consultoria MB Associados, Sergio Vale, apenas o aumento do mínimo deve trazer um impacto de R\$ 40 bilhões. A regra que estabelece o valor do mínimo prevê reajuste com base na variação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) mais o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes.

Para 2015, a projeção é que o INPC fique um pouco acima de 9% - até julho, está acumulado em 7,42%, enquanto o crescimento da economia brasileira em 2014 foi de 0,1%. Dessa forma, o valor do salário mínimo deverá sair dos atuais R\$ 788 para R\$ 867 no ano que vem.

Em termos reais, segundo Klein, da Tendências, o crescimento real na despesa previdenciária será de 5,6%, levando-se em conta uma previsão de inflação de 5,4% em 2016.

Herança

A herança da inflação elevada e o conseqüente impacto nas contas do governo devem se tornar um entrave adicional para o ajuste fiscal promovido pela equipe econômica. Para 2016, a promessa do governo é de fazer um superávit primário de 0,7% do PIB. O governo chegou a se comprometer com um resultado de 2% do PIB, mas revisou o número no fim de julho, quando também rebaixou a promessa de superávit para 2015.

"A tendência, mesmo assim, é de números fiscais um pouco melhores (em 2016) do que este ano caso continuem avançando, mesmo que lentamente, as medidas fiscais do Levy (Joaquim Levy, ministro da Fazenda)", afirma Vale.

Batalha política

Recentemente, a equipe econômica travou uma batalha política para evitar um aumento ainda maior da despesa previdenciária. Em junho, o Congresso derrotou o governo e aprovou uma emenda que permitiria que todos os benefícios da Previdência fossem reajustados com base na política de valorização do salário mínimo. No fim do mês passado, no entanto, a presidente Dilma Rousseff vetou a extensão da regra, mas ampliou a fórmula de cálculo atual do salário mínimo até 2019.

A importância da despesa do INSS fica bastante evidente quando é comparada com o tamanho da economia brasileira. Os benefícios pagos no ano que vem serão equivalentes a 7,9% do PIB, nível recorde e uma alta de 0,5 ponto porcentual na comparação com 2015.

O aumento da despesa ao longo dos anos impressiona. Em 1988, ano em que a Constituição foi promulgada, os benefícios equivalem a 2,5% do PIB. "Se as regras do mínimo e da Previdência não forem alteradas, não há como o gasto da Previdência ser reduzido nos próximos 50 anos", afirma o economista Mansueto Almeida.

Iveco suspende produção e Fiat dá novas férias coletivas

11/08/2015 – Fonte: EM.com

Com queda de 21% nas vendas de veículos entre janeiro e julho, montadoras cortam produção e anunciam nova leva de férias coletivas e suspensão temporária dos contratos de trabalho, conhecida como lay off. As demissões também têm aumentado, dentro da estratégia de ajustes do setor à retração do consumo.

Na fábrica de Sete Lagoas da Iveco, marca de veículos comerciais leves e caminhões do grupo Fiat, representantes da empresa reuniram-se ontem com o sindicato local dos metalúrgicos para definir o primeiro lay off da empresa no Brasil.

Na semana passada, a companhia cortou 120 vagas. A Fiat comunicou ao Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, Igarapé e São Joaquim de Bicas a intenção de conceder férias coletivas a partir do dia 24 para 3 mil funcionários. A medida será adotada pela quinta vez neste ano.

As férias coletivas na fábrica de Betim vão durar 20 dias, como reflexo da necessidade que a montadora vê de ajustar os estoques à demanda do mercado. Em reuniões internas, segundo o sindicato local do metalúrgicos, a montadora a tem afirmado que não vai aderir ao Programa de Proteção ao Emprego – ação do governo federal que permite a redução da jornada de trabalho com parte dos ganhos do trabalhador complementados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

"A empresa mantém esperança de retomar o crescimento", afirma o presidente da entidade dos trabalhadores, João Alves, ao justificar as segundas férias coletivas.

Em uma reunião ontem entre representantes da Iveco e do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Sete Lagoas (STIMMESL) a empresa comunicou a intenção de incluir parcela dos trabalhadores em sistema lay off.

De acordo com o sindicato, seriam três meses de suspensão temporária dos trabalhos, prorrogáveis por mais dois. Neste ano, a montadora já deu férias coletivas por cinco vezes. A última terminou na semana passada. No retorno dos empregados, a empresa comunicou a demissão de 120. Em abril, outros 130 contratos de trabalho foram rescindidos.

A Iveco não deu detalhes de quando terá início a medida, nem quantos empregados serão atingidos. O presidente da entidade de classe, Ernane Geraldo Dias, acredita que a parada começará no mês que vem, depois da entrega de 11 veículos blindados Guarani.

“A empresa está alugando pátios para guardar o estoque já produzido”, afirma Dias. Procurada pelo Estado de Minas, a montadora não se manifestou até o fechamento desta edição.

Depois do anúncio da demissão de 250 metalúrgicos na fábrica de São José dos Campos (SP) da General Motors (GM), os trabalhadores aprovaram ontem greve por tempo indeterminado. Todas as entradas da unidade foram bloqueadas.

Em nota enviada à imprensa, a companhia afirma ter “esgotado” todas as alternativas para evitar demissões. A lista inclui férias coletivas, lay off, banco de horas e programas de desligamento voluntário.

“No entanto, essas medidas não foram suficientes diante da expressiva redução da demanda no mercado brasileiro, que registrada queda em torno de 30% desde janeiro do ano passado”, diz o texto.

Estabilidade em Juiz de Fora

Em São Bernardo do Campo, no ABC Paulista, a Mercedes-Benz comunicou ao sindicato dos metalúrgicos a demissão em massa de trabalhadores em setembro. O procedimento é padrão em casos configurados como demissão coletiva.

O número de rescisões não está definido. Apesar da situação da fábrica paulista, os trabalhadores da unidade de Juiz de Fora, na Zona da Mata mineira, têm estabilidade até junho do ano que vem, segundo o presidente do sindicato local dos metalúrgicos, João César da Silva.

O benefício na fábrica mineira foi acordado ao longo da negociação salarial finalizada em junho. Nesta semana, a planta está com os trabalhos paralisados, mas em razão da licença remunerada concedida aos empregados de São Bernardo do Campo. Dos 750 funcionários, 70 ficarão no sistema de lay off até novembro.

Apesar da intensa queda nas vendas no acumulado do ano – até julho foram 411 mil veículos a menos negociados no país –, o balanço de julho da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) mostra recuperação do setor no comparativo mês a mês – ante junho o crescimento foi de 7,1%. De março a fevereiro havia sido a última vez em que foram observados números positivos.

“É um sinal de que o fundo do poço já foi atingido e agora temos sinais de melhora”, afirma o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim e Região, João Alves. Outro número favorável ao setor é o de exportações de veículos. Com a desvalorização do real, as vendas para o exterior aumentaram 10,7% de janeiro a julho. As montadoras venderam 21,7 mil carros a mais que no ano passado.

Governo vai reduzir preço da bandeira vermelha da conta de luz em até 20%

11/08/2015 – Fonte: Estado de S. Paulo

A presidente Dilma Rousseff disse ser lastimável o aumento nas contas de luz, mas anunciou que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) vai reduzir de 15% a 20% o preço da bandeira tarifária vermelha graças ao desligamento de usinas térmicas na última semana.

"Sem sombra de dúvidas, é verdade que as contas de luz aumentaram, o que nós lastimamos. Por causa da falta de energia para sustentar a oferta de luz tivemos que usar as térmicas, pagando bem mais do que se tivéssemos só energia hidrelétrica no nosso sistema", disse Dilma.

Segundo ela, o desligamento de 2.000 megawatts em geração térmica no último sábado possibilitará uma mudança no regime de bandeira vermelha, que hoje cobra nas contas de luz um adicional de R\$ 5,50 para cada 100 kilowatts-hora (kWh) consumidos. Desde janeiro vigora a bandeira vermelha, a mais cara, em todo o País.

"A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) fará uma consulta pública, mas a estimativa é de uma redução de 15% a 20% na bandeira vermelha. Com a regularização do regime hidrológico, teremos cada vez mais boas notícias", completou.

O ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, disse que haverá um desconto na bandeira vermelha em setembro, mas não uma redução para a bandeira amarela porque o País ainda está em seu "período seco". "Ainda não temos a segurança para acionarmos a bandeira amarela. Em outubro e novembro faremos avaliação", disse.

Segundo o ministro, com o desconto que será definido até o dia 28 deste mês, a bandeira vermelha de setembro cairá dos atuais R\$ 5,50 por 100 kilowatts-hora (kWh) para R\$ 5 ou até R\$ 4,50.

Aneel diz que cenário ainda não é de retirar bandeira vermelha na conta de luz

11/08/2015 – Fonte: EM.com

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, disse nesta segunda-feira, que não vê, no curto prazo, a mudança da bandeira vermelha nas contas de energia elétrica para amarela, mesmo com a decisão do governo de desligar as usinas térmicas com custo variável único (CVU) acima de R\$ 600/MWh.

"A bandeira só muda para amarela quando a geração de energia de custo variável unitário abaixo de R\$ 388/MWh for desligada. E este não é o cenário provável", declarou a jornalista, na audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) sobre o desenvolvimento e o uso da energia solar fotovoltaica, a proposta de implantação da agência estadual de energia elétrica e o aumento da conta de energia dos irrigantes do Estado.

Entretanto, Rufino admitiu que há perspectivas de redução de tarifas, já que o setor conta com economias de R\$ 5,5 bilhões até o final do ano. "A decisão impacta custo de geração e, conseqüentemente, tarifas. E ainda estamos fazendo os estudos de quanto será essa redução", declarou.

Quando a bandeira é vermelha, os consumidores pagam R\$ 5,50 a mais para cada 100 kilowatts-hora (kWh) utilizados. No caso da bandeira amarela, essa taxa sobre as tarifas é

de R\$ 2,50 a cada 100 kWh consumidos. Já na bandeira verde, acionada nos meses mais favoráveis à geração de eletricidade, não há cobrança adicional nas contas de luz.

Questionado sobre uma solução para as indenizações do déficit hídrico (GSF, na sigla em inglês), Rufino disse que as discussões com os diversos elos da cadeia continuam, mas que a Aneel tem algumas alternativas.

"Vamos abrir uma audiência pública para mostrar essa alternativa, porque envolve direitos do consumidor e agentes", falou, sem dar detalhes das soluções nem prazo para que o encontro aconteça.

Sobre a possibilidade de Minas Gerais ter uma agência reguladora de energia, o diretor-geral da Aneel lembrou que há uma agência no Estado (a Arsa, de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário), mas que não cobre energia elétrica.

"Teríamos que incluir (essa atribuição) e ela exerceria a fiscalização, mediação, ouvidoria e algumas atividades-meio administrativas. Mas é prerrogativa e competência do Estado organizar e tem que ser estruturada na mesma concepção da federal", explicou.

Fluxo de veículos pesados fraco faz índice ABCR recuar 1% em julho

11/08/2015 – Fonte: EM.com

A queda de 1% registrada em julho no fluxo total de veículos nas estradas pedagiadas do País em relação a junho, segundo apuraram a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR) e Tendências Consultoria Integrada, foi determinada pelo fraco desempenho na circulação dos pesados na mesma base de comparação.

Apesar de positivo em 0,4% em julho, o desempenho dos pesados foi fraco em resposta à baixa atividade da indústria, de acordo com o economista da Tendências Rafael Bacciotti. "O desempenho da indústria continua em tendência de queda. No segundo trimestre, a produção recuou 2,1% em relação ao primeiro período do ano, o que representou a sétima diminuição nessa base", disse o economista.

Para ele, no curto prazo, o pessimismo dos empresários e o elevado patamar de estoques limitam a reação do setor, ainda que a desvalorização cambial dê algum fôlego às exportações.

"Embora os dados de julho contra junho tenham registrado leve alta, o fluxo de pesados acompanha esta lógica quando analisamos os dados de um período de tempo maior, registrando resultados negativos na análise dos dados dos últimos doze meses e na comparação do acumulado do ano (janeiro a julho de 2015, contra janeiro a julho de 2014)", analisa Bacciotti.

No caso dos veículos leves, de acordo com o economista, dada a correlação com os fundamentos de mercado de trabalho, os efeitos negativos do desaquecimento econômico são sentidos com maior defasagem.

"Como o ajuste sobre renda e emprego está em um processo inicial, a tendência de desaceleração no fluxo de leves ainda tende a ganhar força. Queda de rendimentos e piora na obtenção de crédito pessoal, além do declínio da confiança do consumidor, atuam no sentido de conter a demanda", explica o economista.

Em relação a julho do ano passado, período para o qual a ABCR registrou aumento de 2,3% no fluxo total, com queda de 5,3% no fluxo de veículos pesados e crescimento de 5,1% no movimento de veículos leves, Bacciotti observa que a forte elevação do fluxo de

leves, no caso, é explicada pela base de comparação, que em julho do ano passado foi deprimida pela Copa do Mundo, com efeito negativo sobre o fluxo de leves.

"Desta forma, a depender da dinâmica ruim para os principais condicionantes de demanda (emprego, renda, crédito e confiança), a tendência de desaceleração no fluxo de leves deve continuar", resume Bacciotti.

Venda das autopeças cai 13% no 1º semestre

11/08/2015 – Fonte: Automotive Business

No primeiro semestre de 2015 as vendas das fábricas de autopeças no País recuaram 12,9% na comparação com o mesmo período de 2014. Os dados foram divulgados na sexta-feira, 7, pelo Sindipeças, com base na Pesquisa Conjuntural elaborada com cerca de 500 empresas associadas.

Com a queda da produção de veículos, de 18% nos primeiros seis meses do ano de acordo com a Anfavea, as montadoras reduziram muito os pedidos e com isso sua participação no faturamento dos fornecedores caiu impressionantes 10,1 pontos no decorrer de um ano, de 67% em julho de 2014 para 56,9% em junho passado.

Mas os fabricantes de veículos continuam a ser os maiores compradores de autopeças e por isso são os que mais contribuem para o declínio das receitas. As vendas líquidas nominais para as montadoras e intrassetoriais (entre fornecedores) foram as que registraram o pior resultado no primeiro semestre, com retração de 22,1% e 19,6%, respectivamente.

Os negócios intercompanhias, sempre com pequena participação no faturamento do setor, também reduziram sua fatia no bolo das receitas de 3,5% para 2,9% no decorrer dos últimos 12 meses.

No lado oposto, exportações e fornecimento para o mercado de reposição contribuíram para compensar parcialmente o resultado negativo do semestre, puxando para cima a média geral.

Embaladas pela pronunciada desvalorização cambial brasileira, que não só deixa os produtos do País mais baratos e competitivos no exterior, mas também aumenta as receitas na conversão de dólares para reais, as vendas externas de autopeças cresceram 13,2% de janeiro a junho.

Com isso, foi o segmento que mais aumentou sua participação no faturamento do setor, de 14,6% em julho de 2014 para 22,6% em junho de 2015, em expansão de oito pontos percentuais no último ano.

O faturamento obtido no mercado de peças de reposição variou 5,1% para cima no acumulado de janeiro a junho deste ano em relação ao mesmo período do ano anterior. A participação do segmento no faturamento também subiu 2,7 pontos, de 14,9% para 17,6%.

Segundo o levantamento do Sindipeças, a ociosidade das fábricas de autopeças está em 36,8%, o pior resultado dos últimos três anos mostrados pela pesquisa. No fim do primeiro semestre as empresas associadas estavam utilizando somente 63,2% da capacidade instalada de produção.

Com isso o nível de emprego segue em queda. Somente em junho houve redução de 12,7% no quadro de pessoal, comparativamente ao mesmo mês de 2014, no maior corte de vagas já registrado em 12 meses.

Honda Pop troca carburador por injeção

11/08/2015 – Fonte: Automotive Business



A Honda renovou seu modelo mais acessível. A antiga Pop 100, lançada no fim de 2006 e praticamente sem mudanças de lá para cá, deu lugar ao novo modelo 110i, já adequado à fase 2 do Promot 4, programa de controle de emissões por veículos de duas rodas que entra em vigor em janeiro de 2016.

Com a atualização do projeto e a troca do motor por outro mais potente e moderno, a moto se despediu do carburador teve a garantia aumentada de um para três anos. O preço subiu 10% e está agora em R\$ 5,1 mil.

Bastante simples, a Pop é uma espécie de “rainha dos consórcios”. Segundo a Honda, ela responde sozinha por mais de 20% das vendas de motos por essa modalidade no Brasil. De todas as Pop entregues este ano, 66% saíram por consórcio. O sucesso vem das prestações baixas. Num plano de 72 meses as parcelas saem por R\$ 102,28.

A Pop também vem na contramão do mercado de duas rodas, que depois de um 2011 recorde vem caindo ano a ano. Daquele ano para 2014 os emplacamentos totais recuaram 26,3%, mas os da Pop cresceram 14,3%. E suas vendas até julho de 2015 mostram volume semelhante ao do mesmo período do ano passado, com cerca de 58 mil unidades licenciadas.

“As vendas dos modelos de entrada vêm apresentando crescimento”, lembra o diretor comercial da Honda, Alexandre Cury. A pequena Honda é menos vista nas Regiões Sul e Sudeste. Sua presença é grande mesmo no Centro-Oeste, Norte e Nordeste, regiões que concentram 97% de suas vendas.

Seu comprador pertence às classes sociais C e D, é quase sempre do sexo masculino e escolheu a Pop como alternativa à bicicleta ou ao transporte público. Resistência, preço baixo e a economia de combustível são fatores mencionados por quem tem uma destas. Em pouco menos de nove anos foram vendidas 820 mil Pop 100.

O QUE MUDOU NA LINHA 2016

A Honda fez uma mudança geral na Pop. Como ocorreu com a CG 160 (veja [aqui](#)), o motor agora é outro, não foi apenas um aumento de cilindrada (de exatos 97,1 para 109,1 cc). Ele é dotado de roletes que reduzem o atrito no acionamento das válvulas. A taxa de compressão passou de 8,8:1 para 9,3:1. Todas as melhorias somadas à injeção eletrônica de combustível elevaram a potência de 6,17 para 7,9 cavalos.

Segundo o Instituto Mauá, a velocidade máxima da Pop subiu de 81,5 para 91,8 km/h. Ao mesmo tempo o consumo baixou. Também de acordo com o instituto, passou de 45,59 para 49,56 km/l em uso combinado (cidade e estrada). Da Pop antiga a Honda praticamente só manteve rodas, pneus, suspensões e freios. Além do novo propulsor, o quadro, a carenagem e o sistema de iluminação são novos.

A intensidade do farol alto saltou de 4,8 mil para 25,1 mil lux. O conjunto traseiro recebeu lanterna e pisca-piscas em três peças distintas. A geração antiga utilizava um bloco único igual ao da primeira Honda C 100 Biz, de 1998. O tanque de combustível continua pequeno, mas passou de 4 para 4,2 litros.

Automotive Business comparou o desempenho da versão antiga e da nova 110i no Centro Educacional de Trânsito Honda (CETH) de Recife (PE). A melhora não está só no desempenho, mas também na suavidade de funcionamento. Parte da facilidade de pilotagem da Pop vem de seu peso reduzido, 87 quilos, e do assento baixo, com apenas 75 centímetros.

O câmbio tem só quatro marchas, como antes. E a partida permanece a pedal, mas dá para arriscar a dizer que muitos motoristas usariam uma dessas em dia de rodízio ou como segundo veículo se a carteira de habilitação permitisse.

CICLOMOTORES EM DISCUSSÃO

Com a nova lei federal 13.154, de 30 julho, o emplacamento de ciclomotores (modelos com cilindrada até 50 cc) passa a ser obrigatório em todo o País. Até então o Código Brasileiro de Trânsito deixava para os municípios a fiscalização desse tipo de veículo.

A nova legislação parecia ser aguardada por grandes fabricantes como a Honda, fora desse mercado por causa da informalidade exagerada (motociclistas circulando sem placa nem capacete) e do alto número de acidentes registrado.

Neste primeiro momento, porém, a Honda não parece encorajada a participar desse filão: "O cenário (para os ciclomotores) realmente muda porque a questão fica mais clara. Mas, seguindo o padrão Honda, a que preço sairia um desses? Para atuar no segmento é preciso considerar os custos marginais. Nosso produto mais acessível é a Pop. A simples redução de cilindrada não baixaria seu custo. Assim, nossa intenção é trabalhar com a própria Pop", afirma Alexandre Cury.

O cumprimento da nova lei federal tende a elevar o número de emplacamentos em 2016. Se todos os ciclomotores passarem de fato a ser lacrados, resultarão em um aumento de 10% ou mais considerando apenas os modelos zero-quilômetro que entrarão para a formalidade.

Um estudo feito pela consultoria Autoanálise algum tempo atrás mostrou que se os ciclomotores vendidos em 2012 tivessem sido licenciados, os emplacamentos naquele ano cresceriam 11,6%.

Novelis lança nova geração de alumínio de alta resistência Advanz 7000

11/08/2015 – Fonte: Automotive Business

A Novelis anuncia o desenvolvimento da nova geração de ligas automotivas de alumínio de alta resistência Advanz 7000, projetado para componentes considerados críticos de segurança em estruturas dos chassis de veículos. Segundo a empresa, é de duas a três vezes mais resistente do que o alumínio automotivo atualmente empregado em larga escala na indústria global.

Projetado para ser utilizado em peças como sistemas de para-choques, componentes de anel de colisão e barras de intrusão para portas. Segundo a empresa, o alumínio de alta resistência oferece significativa redução de peso quando comparado aos aços de alta resistência, já difundidos no mercado, o que permitirá às montadoras a produção de veículo mais leves.

“As montadoras estão procurando, cada vez mais, meios de reduzir o peso dos seus veículos e melhorar sua eficiência no uso de combustível e nisso, as ligas de alumínio de alta resistência estão desempenhando um papel cada vez mais crítico no projeto dos veículos”, disse Jack Clark, vice-presidente sênior e CTO da Novelis.

“Há décadas a Novelis é pioneira no desenvolvimento de ligas de laminados de alumínio que definem novos padrões para a indústria automotiva. A Série Advanz 7000 da Novelis impulsionará ainda mais a indústria por oferecer às montadoras maior redução de peso e resistência superior para um melhor desempenho em relação à segurança veicular”.

Todd Summe, vice-presidente de pesquisa e desenvolvimento global da Novelis, adianta que testes com as primeiras ligas da Série Advanz 7000 já estão sendo feitos por montadoras em todo o mundo.

“O desenvolvimento de ligas de alta resistência é a mais recente etapa da nossa estratégia de expandir as aplicações de laminados para automotivos no mundo. Nossa série de ligas Advanz 7000 serão empregadas para produzir chapas automotivas nas unidades da Novelis em todas as três principais regiões de produção de veículos no mundo – Ásia, Europa e América do Norte.”

GM demite sábado e tem greve na segunda

11/08/2015 – Fonte: Automotive Business



Os trabalhadores da GM de São José dos Campos (SP) decidiram entrar em greve em protesto contra a demissão de cerca de 200 metalúrgicos. Eles foram surpreendidos no sábado, dia 8, com avisos de dispensa feitos por telegrama.

Assim que foi informado pelos trabalhadores sobre o fato, o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região procurou representantes da montadora, que confirmou os cortes. Reunidos na sede do sindicato no domingo, os trabalhadores decidiram realizar uma assembleia na manhã de segunda, 10, quando optaram pela paralisação. Eles pedem a reversão das demissões, estabilidade no emprego e abertura de negociação entre a GM e o sindicato.

A entidade orientou os demitidos a não comparecer ao exame demissional e a desconsiderar o telegrama de demissão. Nesta segunda-feira, 750 trabalhadores que estavam em layoff (suspensão temporária dos contratos de trabalho) desde março retornariam à fábrica.

Eles foram comunicados esta semana, também por telegrama, que deveriam retomar as atividades e em princípio não estão entre os demitidos por ter estabilidade. Os

trabalhadores pedem, além do cancelamento das demissões, a redução da jornada para 36 horas sem diminuição de salário. Segundo o sindicato, os cortes ocorreram na linha de montagem da picape Chevrolet S10 e no setor de produção de motores.

Implementos têm recuo de 40,5% até julho

11/08/2015 – Fonte: CIMM

As vendas de implementos rodoviários entre janeiro e julho somaram 54,3 mil unidades, ficando 40,5% abaixo do volume registrado em igual período do ano passado, quando foram vendidos 91,3 mil, conforme dados divulgados na sexta-feira (7) pela Anfir, Associação Nacional dos Fabricantes de Implementos Rodoviários. O recuo é condizente com o mercado de caminhões, cujas vendas caíram praticamente na mesma proporção.

Do total de implementos entregues nos sete meses completos do ano, 17,6 mil são só do segmento pesado – reboques e semirreboques – cuja queda foi de 46,9% na comparação anual, reflexo do mau momento dos caminhões pesados, que acumulam queda acima de 60% no período. No mercado de leves, de carrocerias sobre chassis, a retração é menos agressiva, de 36,8%, mas ainda expressiva, para um total de 36,4 mil unidades.

“O desempenho negativo do setor de implementos rodoviários reflete as dificuldades vividas pela indústria este ano”, afirma Alcides Braga, presidente da Anfir. De acordo com o IBGE, a produção industrial brasileira caiu 0,3% em junho com relação a maio. Na comparação com junho do ano passado a queda é de 3,2%.

“Para reduzir as perdas no segundo semestre será necessário algum tipo de incentivo que reaqueça os negócios em diversos setores”, analisa Mario Rinaldi, diretor executivo da entidade.

Segundo ele, representantes da Anfir se reuniram com dirigentes do BNDES, que confirmaram a estratégia do banco de investir em projetos de infraestrutura ao invés de conceder incentivos. Para o BNDES essa opção atrai outros investimentos na cadeia produtiva que movimentam os negócios reaquecendo a economia.

Por outro lado, a entidade aposta na visibilidade e tradição da Fenatran, considerada a maior feira de transporte da América Latina: “A realização da Fenatran poderá ser a oportunidade de a indústria realizar negócios que diminuam a queda nas vendas”, afirma Braga. Até agora 40 empresas associadas confirmaram sua participação no evento, que será realizado em novembro, no pavilhão de exposições do Anhembi, na capital paulista.

Klabin constrói no Paraná uma das maiores fábricas de celulose do mundo

11/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



A paisagem é marcada por áreas de reflorestamento, mas a linha do horizonte é “furada” por “girafas metálicas”: nada menos do que 45 guindastes se destacam em meio à gigantesca construção da fábrica de celulose da Klabin, em Ortigueira, na região central do estado.

Do mirante que permite ter uma dimensão da grandiosidade da obra – que ocupa o equivalente a 200 campos de futebol – os 12,5 mil operários parecem formiguinhas. A quantidade de trabalhadores é maior do que o número de habitantes em 242 cidades paranaenses.

A Klabin está construindo uma das maiores fábricas de celulose do mundo. Chamado de Projeto Puma, é o maior empreendimento privado em desenvolvimento no Paraná. Só a obra deve consumir R\$ 5,8 bilhões.

Mas ainda estão na conta os R\$ 2 bilhões em ativos florestais – somados, os valores são semelhantes ao orçamento da prefeitura de Curitiba. Só em áreas de reflorestamento são 243 mil hectares – equivalente a cinco vezes o tamanho da capital paranaense.

Em meio à terra vermelha, se destacam também o brilho das armações metálicas e o cinza das estruturas de concreto. A fábrica toda é interligada por “pipe racks”, tubulações que abastecem fluidos e gases.

Os canos, em linha reta, chegariam a 6,2 quilômetros. Já em concreto, foram descarregados 26 mil caminhões. Os 214 mil metros cúbicos seriam suficientes para fazer três Maracanãs. Uma torre de 160 metros se destaca no canteiro de obras. É do tamanho de um prédio de 55 andares – não há nenhum dessa altura em Curitiba e, para efeito comparativo, a torre panorâmica, conhecida como Torre da Telepar, tem 50 metros a menos.

O que a Klabin aprendeu com os impactos de uma megaindústria

Para evitar o tráfego de 400 caminhões por dia nas rodovias da região e ao mesmo tempo melhorar o acesso à fábrica, a Klabin está construindo as estradas que vai usar. Os 37 quilômetros de asfalto que estão sendo feitos em curto prazo representam a maior obra rodoviária do ano no Paraná.

Além disso, um viaduto de ligação com a BR-376 está em execução, além um ramal ferroviário de 18 quilômetros. Os investimentos de agora representarão desconto em impostos estaduais no futuro.

Cerca de 200 ônibus passam o dia estacionados em frente ao canteiro de obras. Nos veículos, uma programação própria de rádio abastece os funcionários com informações no trajeto até o alojamento – a maior parte dos operários está alojada em Telêmaco Borba e o restante em Ortigueira. Por dia, 8 mil quilos de comida e 3 mil litros de café são consumidos nos refeitórios.

Neste momento, com o pico no número de funcionários, 75% do projeto foi alcançado. A previsão é de que a fábrica comece a operar em março de 2016, com 1,4 mil empregados. Em impostos, R\$ 700 milhões devem ser recolhidos durante a obra e, depois do início do funcionamento, R\$ 300 milhões ao ano.

Celulose?

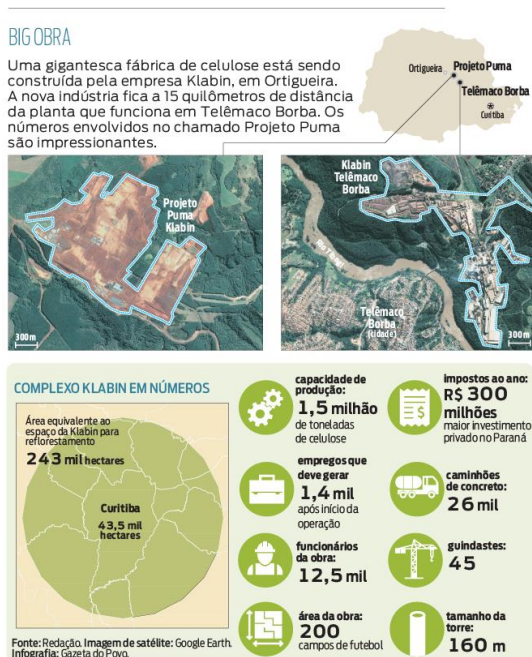
Uma fibra que existe na madeira é usada na fabricação de papel. É a celulose. A fábrica da Klabin que está sendo construída em Ortigueira deve produzir uma pasta que é base no processo de produção. Para isso, duas linhas de produção devem operar: uma para fibras longas (de pinus, usada em embalagens e outros papeis mais resistentes) e fibras curtas (de eucaliptos, aplicada para papeis de escritório e sanitários).

Também deverá ser produzido fluff (celulose utilizada na produção de fraldas descartáveis e absorventes). Atualmente, todo o material desse tipo é importado. A capacidade de produção da fábrica é de 1,5 milhão de toneladas de celulose. Além de abastecer as

demais plantas fabris da Klabin, o produto será vendido para outras papeleiras – como a negociação prévia que já teria sido feita com a Fibria.

A Klabin é uma das poucas empresas do ramo que está investindo em ampliações. Quando a Klabin decidiu expandir a fábrica de Telêmaco Borba, entre 2006 e 2008, havia 12 anos que nenhuma nova máquina de fabricação de papel era instalada no mundo.

O regime de chuvas nas proximidades da fábrica transforma o lugar em uma das melhores áreas do planeta para o crescimento de árvores de reflorestamento. Algumas são cortadas apenas seis anos após o plantio.



Conheça a nova plataforma online para investimento em micro e pequenas empresas

11/08/2015 – Fonte: Segs.com

Em franca expansão no Reino Unido e Israel, o equity crowdfunding - mecanismo que oferece oportunidades de investimento online em empresas - passa a ter uma nova plataforma em operação no Brasil: a EqSeed, fundada pelo inglês Greg Kelly, matemático com carreira em banco de investimentos como Lloyds Bank, e pelo economista americano Brian Begnoche.

A proposta da EqSeed é simples: oferecer aos investidores - em um ambiente online - a oportunidade de descobrir e investir em micro e pequenas empresas. Em troca, o investidor recebe uma participação na empresa investida.

"Há alguns anos, quando atuava em Londres em banco de investimento, acompanhei o surgimento do equity crowdfunding na cena de investimentos e lembro da minha percepção de sua importância para o setor financeiro a toda a economia. Lançar uma plataforma do tipo no Brasil é a realização de um projeto de longo prazo meu e de Brian", explica Kelly.

"Há muitas empresas brasileiras que buscam investimento e não tem um canal eficiente como o que oferecemos agora: um meio de acesso e visibilidade a diversos investidores.

Do mesmo modo, o investidor brasileiro deseja um produto de investimento alternativo, de renda variável e horizonte de longo prazo, com o qual possa diversificar sua carteira de

investimentos de modo saudável", diz Begnoche. "O Brasil já é pioneiro no segmento de equity crowdfunding e pode ser um dos líderes mundiais em alguns anos. Queremos ser parte deste processo", completa.

Por meio do www.eqseed.com, o potencial investidor pode descobrir e interagir com micro e pequenas empresas nas quais é possível investir a partir de R\$ 1 mil (por empresa). Visando a transparência, a plataforma oferece ao investidor a possibilidade de confirmar os dados da empresa, conferir o plano de negócio, além de contatar diretamente seus sócios.

Vale ressaltar que todas as campanhas publicadas passam por um rigoroso sistema de avaliação. Na prática, essas ofertas tomam forma de uma campanha com um prazo fixo e aproveita de um mecanismo de "tudo ou nada". Isto é, ou a empresa consegue arrecadar o montante total de investimento pedido no prazo, ou não recebe nada.

"O segmento de equity crowdfunding demanda empresas com equipes fortes e focadas, que visam atingir alto crescimento com modelos inovadores", diz Begnoche. "Para o investidor, isso significa poder fazer parte no futuro de momentos importantes da empresa, como uma venda futura, um IPO ou o pagamento de dividendos. É isso que torna a opção atraente para quem quer diversificar sua carteira", finaliza Kelly.

Sobre a EqSeed

A Eqseed é uma plataforma online para investimento em pequenas empresas no Brasil. Por meio do site www.eqseed.com, a empresa fornece oportunidades de investimento, por meio de uma modalidade de crowdfunding baseada em investimento - o equity crowdfunding. A empresa tem como sócios o inglês Greg Kelly - matemático e ex- Lloyds Bank; e o economista norte-americano Brian Begnoche.

Venezuela é 1º país da América Latina em reservas de ouro; Brasil está em 3º

11/08/2015 – Fonte: Época.com

A Venezuela é o país com maior quantidade de reservas de ouro na América Latina, na frente de Brasil e México, segundo o último relatório do Conselho Mundial do Ouro (World Gold Council), com sede em Londres. A Venezuela possui 361 toneladas deste metal precioso, 68% de suas reservas, e ocupa o 16º posto no mundo apesar da quantidade ter reduzido este mês das 367,6 toneladas que tinha em junho.

Por sua vez, o Brasil ocupa a 42ª posição dessa lista em nível mundial, com 67,2 toneladas (0,7% de suas reservas), enquanto o México está na 30ª colocação, com 122,2 toneladas (2,4%).

Segundo os dados do "World Official Gold Holdings", correspondentes ao mês de agosto, os EUA com as maiores reservas de ouro do mundo, com 8.133,5 toneladas, o que representa 73,7% de suas reservas totais.

A Alemanha e o Fundo Monetário Internacional (FMI) ocupam a segunda e terceira posição na lista, com 3.381 toneladas (67,6% de suas reservas) e 2.814 toneladas, respectivamente.

O preço deste metal precioso se encontra em seu nível mais baixo desde fevereiro de 2010 e seu valor está fixado em US\$ 1.072,30 por onça.

Apesar das dúvidas sobre o ouro como refúgio seguro devido a suas fortes quedas, os analistas asseguram que a previsão de longo prazo é positiva e consideram que o metal continua sendo o ativo mais confiável.

Há quatro anos, o falecido ex-presidente da Venezuela, Hugo Chávez, ordenou a repatriação da maior parte das reservas de ouro do país que estavam depositadas em bancos estrangeiros como garantia da dívida adquirida no anos 1980.

Indústrias do Vale do Aço mudam o foco

11/08/2015 – Fonte: Diário do Comércio

Na tentativa de contornar os efeitos da grave crise que atingiu a indústria siderúrgica, provocando forte redução das encomendas, os fabricantes de bens de capital instalados no Vale do Aço estão buscando novos mercados, uma vez que as usinas deixaram de ser a grande demandante da região.

Ao mesmo tempo, o cancelamento de pedidos provocado pelos problemas envolvendo a Petrobras fez com que o setor de óleo e gás, além do naval, deixasse de ser uma opção. Agora, a solução passa pelos negócios ligados à agroindústria e ao segmento de energia.

"Na situação atual do País, que passa por uma crise acima de tudo de confiança, onde não há investimento, um setor que já estava debilitado sente ainda mais. Por isso, a indústria metalmeccânica da região está buscando alternativas, trabalhando novos produtos", afirma o presidente da regional da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) no Vale do Aço, Luciano Araújo.

Segundo ele, o mercado de energia e o agronegócio são a "bola da vez". O primeiro em função dos aportes em geração e transmissão que o segmento vem recebendo. O segundo devido ao fato de "alguns implementos usados pela agroindústria, que usam aço, estarem chamando a atenção das empresas do Vale do Aço", completa.

Araújo lembra que os fabricantes de máquinas e equipamentos não eram muito focados na produção de implementos agrícolas. Mas admite que, frente ao nível de atividade no campo, pelo menos por enquanto, eles viram no setor uma boa oportunidade de negócio, especialmente para pequenas e médias empresas.

Pecém - Além disso, a construção do Complexo Industrial e Portuário de Pecém (CIPP), no Ceará, também está chamando a atenção de industriais do Vale do Aço. "Algumas empresas daqui já visitaram canteiros de obra em busca de negócios", diz o dirigente da Fiemg.

De acordo com ele, nos últimos anos, a indústria metalmeccânica da região se viu obrigada a se qualificar para atender outras atividades, na tentativa de diversificar sua carteira de clientes, em função do momento pelo qual passa a siderurgia nacional, com queda na produção, abafamento de altos-fornos e demissões, provocados pela concorrência com o aço e estruturas metálicas importados, especialmente da China.

E a solução, à época, foi investir no atendimento dos setores de óleo e gás e naval, que se colocavam como promissores, devido à descoberta e ao início da exploração do pré-sal. No fim de 2012, inclusive, a Petrobras chegou a criar um programa para desenvolver polos de fornecedores e escolheu o Vale do Aço como uma das sedes.

Na ocasião, o projeto-piloto para criação dos chamados arranjos produtivos locais (APLs) previa a oferta de programas de qualificação de fornecedores e de linhas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 2012, os investimentos no setor no Brasil estavam estimados em cerca de US\$ 230 bilhões até 2016. E, além do Vale do Aço, seriam beneficiados arranjos produtivos no Rio Janeiro, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

Até mesmo a Fiemg participou e, em parceria com o Sindicato Intermunicipal das Indústrias do Vale do Aço (Sindimiva) e com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (Sebrae Minas), promoveu cursos, palestras e seminários focados no setor de óleo e gás.

Na época, entre 10% e 15% das empresas do segmento metalmeccânico da região trabalhavam apenas com a indústria naval e de óleo e gás, percentual que cresce para cerca de 30% a 40% se consideradas aquelas que já estavam aptas a atender os dois segmentos.

Porém, após se preparar para atender essas atividades, os escândalos de corrupção envolvendo a Petrobras acabaram provocando o cancelamento de encomendas. E as empresas se depararam com uma grande problema, chegando a demitir trabalhadores e, em alguns casos, até mesmo a fechar as portas. "As empresas precisaram se ajustar à situação atual do mercado e isso envolveu cortes de despesas e de pessoal", conclui.

GE amplia em mais de 70% capacidade de produção em turbinas eólicas no Brasil

11/08/2015 – Fonte: Diário do Comércio



De olho no potencial de energia eólica do Brasil, a norte-americana GE está lançando turbinas mais potentes no país, em um momento em que também amplia sua produção de máquinas para o setor, o que aumentará a capacidade da fábrica instalada em Campinas (SP) em mais de 70%.

A GE, líder de mercado em equipamentos de energia eólica no Brasil, projeta com as expansões poder ofertar máquinas com até 1,2 gigawatt em capacidade de geração por ano, ante 680 megawatts dos níveis atuais, adiantaram executivos da empresa.

As novas turbinas a serem comercializadas pela empresa terão 2,3 megawatts e 2,4 megawatts em potência, contra 1,7 megawatt das vendidas até então, enquanto a capacidade da fábrica da empresa em Campinas, que produz "hubs" e "nacelles" eólicas, passará de 400 para 500 equipamentos por ano.

"O compromisso da GE com o mercado eólico brasileiro é de longo prazo", afirmou o diretor comercial para energias renováveis da GE na América Latina, Sergio Souza. Segundo ele, as usinas a vento estão ocupando um espaço na matriz elétrica brasileira que antes pertencia às hidrelétricas, o que permite vislumbrar muitas oportunidades de negócios por vir.

"Enxergamos que, até a gente chegar no limite físico de inserção de energia eólica, para que não se tenha efeitos indesejáveis da intermitência (natural dessa fonte), ela vai ocupar espaço e crescer. Serão pelo menos dez anos de crescimento forte no país", disse Souza.

Neste mês, o país alcançou a marca de 7 gigawatts em usinas eólicas instaladas, o que representa metade da potência da hidrelétrica binacional de Itaipu. A Abeeólica, associação que reúne investidores do setor, aposta que esse número pode chegar a 27 gigawatts até 2023.

Com o grande interesse dos investidores, a fonte eólica liderou, ainda, a lista de empreendimentos que participarão do próximo leilão de energia, que acontece em 21 de agosto, com 8,3 gigawatts em usinas, quase 90 por cento do total habilitado.

A GE não divulgou o valor investido na expansão, que deverá ser concluída até o final do próximo ano. O diretor de suprimentos para renováveis da GE na América Latina, Rodrigo Ferreira, disse que a produção da fábrica poderia ter uma rápida expansão adicional, com a contratação de mais pessoas e a criação de novos turnos. Mas tal movimento exigiria reforço na capacidade também de produtores de outros componentes utilizados nas turbinas.

"O principal motivo pelo qual vamos ampliar a capacidade é nossa parceria com a SKF (fabricante de rolamentos eólicos). O principal gargalo era justamente esse, pois só havia um fornecedor, e estamos junto com eles dobrando essa capacidade", explicou Ferreira.

Segundo dados compilados pela Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), a GE é a líder em turbinas eólicas instaladas no Brasil, com 1,4 gigawatt, ou 20 por cento do mercado. Em seguida aparecem a alemã Wobben, com 1 gigawatt, ou 15 por cento, e a espanhola Gamesa, com 978 megawatts, ou 14 por cento.

Dobrando a base

O diretor comercial da GE, Sergio Souza, disse que a empresa chegará brevemente a 2 gigawatts de equipamentos em operação no Brasil, sendo que até o final de 2016 esse número dobrará para 4 gigawatts, com a marca de 2 mil turbinas entregues e em funcionamento.

"Temos uma participação no mercado que está se mantendo bem estável desde 2009... e isso considerando que, quando chegamos, já havia quase 1 gigawatt em operação no país", disse Souza.

O diretor também comentou que a GE está "em negociações bem avançadas" com empresas que pretendem participar do próximo leilão de energia a ser realizado pelo governo, o A-3, em 21 de agosto.

Embora considere que o preço teto para as eólicas, de 184 reais por megawatt-hora, ficou "bem justo", Souza acredita que haverá projetos aptos a vender energia no certame.

Receita da Gerdau sobe, mas ganho deve cair

11/08/2015 – Fonte: INDA

Os ganhos com a venda de aço na América do Norte, por conta do câmbio, não devem compensar o pior momento no Brasil e a evolução do endividamento da Gerdau, projetam analistas. A empresa divulga seu balanço do segundo trimestre amanhã, antes da abertura do mercado, e provavelmente só trará melhora nos números do exterior.

A média de projeções de BTG Pactual, J.P. Morgan, Morgan Stanley e Santander, compilada pelo Valor, aponta para lucro líquido de R\$ 216 milhões durante o período. Se a cifra se concretizar, a queda frente aos mesmos meses do ano passado seria de 39,5%, principalmente por conta de menores margens e da alta na dívida, que tem boa parte lastreada em moeda estrangeira.

Rodolfo de Angele, analista do J.P. Morgan, escreve em relatório que as vendas no mercado doméstico são projetadas em queda de dois dígitos - ou seja, mais de 10% -, sendo que na área de aços especiais e no restante da América Latina há expectativa de piora na rentabilidade.

A compilação de prévias mostra ainda receita líquida de R\$ 11,31 bilhões, aumento de 8,3% sobre as mesmas bases de comparação. No caso do lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês), a projeção é de R\$ 1,17 bilhão, recuo de 8%.

Também em relatório, Felipe Reis, do Santander, espera geração de caixa positiva para a Gerdau no trimestre. O analista classifica a siderúrgica como a mais forte no lado financeiro de todo o setor - que conta ainda com CSN e Usiminas, dentre as que estão listadas na bolsa.

Além disso, como em março cerca de metade do endividamento bruto da companhia era denominado em moeda estrangeira, a desvalorização do real ante o dólar e o euro provavelmente vai piorar o resultado financeiro do grupo. Essa deterioração explica a projeção de queda mais acentuada do lucro líquido, apesar da estimativa de crescimento para a receita.

Na teleconferência com analistas e investidores, que está marcada para ocorrer amanhã às 14h, o J.P. Morgan diz estar atento a possíveis sinais de tendência da demanda brasileira, bem como dos preços do aço no mercado interno. O banco também lembra que é importante saber da Gerdau qual a expectativa da sustentabilidade de seus números na América do Norte.

Desligamento de térmicas reduz projeção de déficit hídrico para 2015, diz CCEE

11/08/2015 – Fonte: Reuters

O desligamento de termelétricas anunciado semana passada pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) beneficia não só o consumidor, que paga pela operação dessas usinas, mas também as hidrelétricas, que serão mais acionadas para atender a carga, e assim terão um déficit de geração menor neste ano, avalia a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O conselheiro da CCEE Roberto Castro estimou à Reuters que o déficit hídrico previsto para este ano deve cair para cerca de 20,2 por cento, ante 22,2 por cento anteriormente estimados.

"É uma boa notícia do lado do consumidor, com redução tanto do custo do encargo (que custeia o uso das térmicas), quanto do lado da geração, com a melhora da condição do déficit hídrico", disse Castro.

Com a seca registrada nos últimos dois anos, todas as térmicas estavam ligadas para garantir a oferta de energia, o que causava perdas aos donos de hidrelétricas, que estão gerando abaixo do que precisariam por contrato, sendo obrigadas a comprar energia no mercado de curto prazo.

A melhoria das chuvas e a redução do consumo de energia que possibilitaram o desligamento das térmicas resultaram também em preços menores da energia no mercado de curto prazo, o que também favorece as usinas hídricas, que ainda pagarão menos para cobrir os déficits.

Depois de passar entre janeiro e abril em 388 reais por megawatt-hora, o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), valor de curto prazo da energia, começou a cair e hoje está em cerca de 130 reais por megawatt-hora.

BENEFÍCIO ANTES NO MERCADO LIVRE

Com a queda do consumo, puxada pela desaceleração econômica e por uma forte elevação das tarifas, o Ministério de Minas e Energia havia pedido, em reunião do CMSE em julho, que o comitê avaliasse o desligamento das usinas mais caras "dado o impacto tarifário" que a continuidade do despacho ao longo do ano poderia acarretar.

O ministro Eduardo Braga estimou em 5 bilhões de reais a redução na conta de encargos gerada pela decisão. Do lado do consumidor, no entanto, os primeiros beneficiados com o desligamento das térmicas mais caras devem ser os grandes usuários de energia, como indústrias e centros comerciais que optam por negociar contratos de suprimento diretamente com geradores e comercializadoras, no mercado livre de eletricidade.

Isso porque haverá redução em encargos que esses consumidores pagam diretamente, enquanto os clientes regulados, como os residenciais, que são atendidos por distribuidoras, só veriam esse custo nos próximos reajustes tarifários.

"Quando você afeta o encargo, ele reduz no mercado livre de uma forma direta, ele tem uma redução imediata, enquanto a forma como isso vai chegar no consumidor cativo é diferente", explicou Castro, da CCEE.

Além da baixa nos encargos, o próprio preço da energia no mercado livre já está em baixa. Segundo a comercializadora Bolt Energias, clientes que procuram suprimento para 2016 encontram contratos na faixa de 185 reais por megawatt-hora, contra 240 reais por megawatt-hora praticados para o mesmo contrato em janeiro de 2015, segundo dados da plataforma de negociação de energia Brix.

"A queda no preço da energia negociada no mercado livre é determinada, principalmente, pela melhora das aflúncias nas regiões Sul e Sudeste e pela redução de 4 por cento da demanda por energia -especialmente nos segmentos da indústria, comércio e serviços", apontou a comercializadora em relatório.

"Está voltando uma tendência de que vejamos uma migração maior de empresas para o mercado livre, que ainda tem uma facilidade de responder ao estímulo de preço com maior rapidez que o mercado regulado. Sempre que tem redução do PLD, tem uma tendência de migração maior", avaliou Castro, da CCEE.

Mercado siderúrgico nacional já sofre com investigações antidumping

11/08/2015 – Fonte: Sictel

Na última semana um grupo de empresas dos EUA enviou à Câmara do Comércio Exterior um pedido de abertura de investigações para o estabelecimento de direitos antidumping e medidas compensatórias contra siderúrgicas brasileiras, produtoras de aço laminado a frio.

Caso seja averiguado irregularidades no processo de exportação destes produtos, as fornecedoras brasileiras poderão sofrer com uma sobretaxa de até 59% sobre os laminados, além de medidas compensatórias por "subsídios" dados aos fabricantes brasileiros. Mas mesmo antes de um veredito, o mercado brasileiro já está sofrendo com as consequências destas investigações, considerando que uma das estratégias das siderúrgicas nacionais para driblar o mal momento do mercado interno era exportar,

principalmente para os EUA, a produção estocada, cuja demanda interna está em níveis baixos.

Uma das mais afetadas é a siderúrgica Usiminas que já reduziu a relevância dos EUA em seu mix de exportações de 45% para 18% entre o primeiro e o segundo trimestres. No entanto, o impacto destas medidas podem ser ainda maiores se elas abrangerem também os aços laminados a quente, uma vez que existe a possibilidade de nos próximos meses as empresas americanas abrir novo processo de averiguação para estes produtos.

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, na comparação entre os produtos laminados a frio e quente, mesmo que ações antidumping atinjam o setor de laminados a frio, o impacto não seria tão drástico, uma vez que, segundo dados do Instituto Aço Brasil, no primeiro semestre do ano foram vendidas 70,5 mil toneladas de aço laminado a frio aos EUA, dessa quantidade significa 0,6% do total de laminados produzidos no Brasil no mesmo período, ou 5% dos aços planos exportados.

Já no caso dos laminados a quente, no mesmo período o Brasil exportou 214,1 mil toneladas para os EUA, quase o dobro do que foi verificado no mesmo período no ano anterior, 133,6 mil toneladas. Além do Brasil, China, Japão, Coreia, Índia, Rússia, Holanda e Reino Unido também estão sendo investigados.

Principal estado exportador de minério de ferro da Índia retoma a produção após 3 anos

11/08/2015 – Fonte: R7

Goa, maior Estado exportador de minério de ferro da Índia, retomou a produção nesta segunda-feira depois de quase três anos e pode atingir seu limite anual fixado pela Justiça de 20 milhões de toneladas neste ano fiscal, afirmou à Reuters o seu diretor de minas.

A Vedanta, maior mineradora privada da Índia, liderou a retomada, com uma abertura cerimonial em sua mina de Codli, anunciando o retorno de um grande exportador justamente quando os preços do minério de ferro estão avançando depois de bater uma mínima de uma década em julho.

Quase todas as outras mineradoras em Goa devem obter as suas licenças para reiniciar neste ano fiscal iniciado em abril, afirmou Prasanna Acharya, diretor de minas e geologia de Goa.

A Suprema Corte da Índia proibiu a mineração em Goa em 2012 como parte de uma repressão à mineração ilegal, congelando os embarques que atingiram cerca de 50 milhões de toneladas em 2010/11. A proibição foi retirada em abril de 2014, mas as empresas tiveram de esperar por diversas licenças do governo.

Estratégia da Glencore preocupa investidores e ação cai 44% em 12 meses

11/08/2015 – Fonte: Notícias de Mineração

A Glencore GLEN.LN -1.67% PLC viu a cotação de suas ações despencar mais de 60% desde que abriu seu capital, em 2011, uma queda que demonstra o impacto que os preços baixos das commodities tiveram sobre as mineradoras e que tem feito alguns investidores questionarem a estratégia dessas companhias.

No início desta semana, a cotação das ações da Glencore, que é sediada na Suíça, ficou abaixo de duas libras (US\$ 3,12) pela primeira vez, comparado com um preço de estreia na bolsa de 5,30 libras, em maio de 2011.

Ontem, ela fechou em queda de 2% na Bolsa de Londres, a 1,99 libra. Essa espiral descendente contraria as previsões do diretor-presidente da Glencore, Ivan Glasenberg. Numa entrevista ao The Wall Street Journal concedida meses após a estreia na bolsa, ele disse que o preço da ação da empresa iria "cuidar de si mesmo à medida que gerarmos lucro".

A Glencore lucrou US\$ 2,31 bilhões no ano passado, depois de ter registrado prejuízo de US\$ 8,05 bilhões em 2013, devido, em grande parte, a baixas contábeis ligadas à redução do valor de ativos.

Mas a cotação das suas ações tem despencado diante das expectativas de que o lucro do primeiro semestre seja afetado pela queda no preço das commodities, particularmente cobre, carvão e níquel. Na próxima quinta-feira, a empresa vai divulgar os dados de produção no primeiro semestre e, em 19 de agosto, os resultados financeiros.

A ação da Glencore acumula queda de 44% nos últimos 12 meses, ante um recuo de cerca de 25% dos papéis da Rio Tinto RIO +2.03% PLC e da BHP Billiton Ltd. BHP.AU - 0.18% — duas das suas maiores concorrentes. A Rio Tinto e a BHP têm sido prejudicadas por sua considerável exposição aos preços declinantes do minério de ferro, que recentemente atingiram os menores níveis em mais de dez anos.

Imaginava-se que a Glencore, que não tem nenhuma operação de minério de ferro, iria se beneficiar de sua exposição diversificada a commodities como cobre, carvão e zinco, mas os preços desses produtos também caíram para mínimas de vários anos.

A Glencore "não é uma empresa para se estar em um cenário de queda nos preços das commodities", diz Nik Stanojevic, analista de ações da Brewin Dolphin, firma britânica de gestão de fortunas que administra US\$ 37 bilhões, acrescentando que a empresa tem um custo mais alto e uma dívida muito maior que concorrentes como Rio Tinto e BHP.

A Brewin Dolphin, que investiu na Glencore depois que ela abriu seu capital, reduziu sua fatia para apenas 2,1 milhões de ações.

A Glencore não quis comentar para esta reportagem. Criada por Marc Rich — um financista que uma vez foi indiciado por evasão fiscal nos Estados Unidos e, depois, indultado pelo presidente Bill Clinton —, a Glencore é uma das maiores e mais bem-sucedidas negociadoras de commodities.

Mas Glasenberg, que embolsou cerca de US\$ 10 bilhões na abertura de capital, deu um novo rumo à empresa ao tornar pública uma operação que há tempos evitava os holofotes. Em 2012, ele fechou a megafusão de US\$ 29,5 bilhões com a Xtrata, que tornou a Glencore uma das maiores mineradoras do mundo.

O segredo do sucesso da empresa, segundo os executivos da própria Glencore, é seu braço de negociação de commodities, que na visão deles poderia gerar lucros independentemente das condições de mercado, colocando-a em vantagem sobre as concorrentes.

A unidade ajudou a impulsionar o lucro no ano passado, quando os preços em queda do petróleo permitiram aos operadores da empresa comprar o produto barato e fechar acordos de vendas futuras a preços mais altos.

Mas o cenário do mercado de commodities se agravou no ano passado. O Índice de Commodities S&P Goldman Sachs GS -0.30% caiu cerca de 40% nos últimos 12 meses, enquanto a Média Industrial Dow Jones subiu em torno de 6%. Vários fatores estão por

trás do declínio das commodities, mas a desaceleração econômica na China é, de longe, o mais importante.

Durante o chamado superciclo das commodities, quando a demanda crescente da China empurrou os preços para picos históricos, as mineradoras investiram milhões de dólares na expectativa de que o boom fosse durar muito tempo.

Desde 2001, o setor global de mineração gastou mais de US\$ 1 trilhão em projetos de mineração, segundo um relatório de julho do Goldman Sachs Group Inc. Ao comprar a Xstrata, a Glencore fez uma das maiores apostas no setor.

Mas, depois que os preços começaram a cair, os projetos lançados durante o boom começaram a entrar em operação, piorando a situação. Os preços despencaram ainda mais, levando a enormes baixas contábeis, inclusive uma de US\$ 7,5 bilhões efetuada pela Glencore, em grande parte devido à Xstrata. As 40 maiores mineradoras do mundo descontaram quase US\$ 190 bilhões do valor de seus ativos desde 2008, segundo a PricewaterhouseCoopers.

Mas alguns investidores consideram o momento uma boa oportunidade para comprar ações da Glencore. "Estamos no olho do furacão em qualquer coisa relacionada a commodities", diz Richard Buxton, chefe da área de ações do Reino Unido da britânica Old Mutual OML.LN +0.19% Global Investors, que tem mais de 26,8 milhões de ações da Glencore, segundo a FactSet. Ele disse que comprou mais ações da empresa recentemente. "Acho que o mercado está em total estado de pânico," disse.

Reajuste do salário mínimo elevará em R\$ 40 bi gasto da Previdência em 2016

11/08/2015 – Fonte: Notícias de Mineração

O gasto previdenciário terá um forte crescimento em 2016. A despesa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com todos os benefícios deverá chegar a R\$ 488,579 bilhões, um aumento considerável ante os R\$ 438,971 bilhões que serão desembolsados pelo governo em 2015, segundo cálculos da consultoria Tendências.

A despesa previdenciária deverá ser impulsionada sobretudo pelo aumento do salário mínimo, causado pela inflação elevada de 2015. "Em torno de 70% das aposentadorias e pensões são de até um salário mínimo", afirma Fabio Klein, economista da Tendências.

Na previsão feita pelo economista-chefe da consultoria MB Associados, Sergio Vale, apenas o aumento do mínimo deve trazer um impacto de R\$ 40 bilhões. A regra que estabelece o valor do mínimo prevê reajuste com base na variação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) mais o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes.

Para 2015, a projeção é que o INPC fique um pouco acima de 9% - até julho, está acumulado em 7,42%, enquanto o crescimento da economia brasileira em 2014 foi de 0,1%. Dessa forma, o valor do salário mínimo deverá sair dos atuais R\$ 788 para R\$ 867 no ano que vem.

Em termos reais, segundo Klein, da Tendências, o crescimento real na despesa previdenciária será de 5,6%, levando-se em conta uma previsão de inflação de 5,4% em 2016.

Herança. A herança da inflação elevada e o conseqüente impacto nas contas do governo devem se tornar um entrave adicional para o ajuste fiscal promovido pela equipe econômica. Para 2016, a promessa do governo é de fazer um superávit primário de 0,7%

do PIB. O governo chegou a se comprometer com um resultado de 2% do PIB, mas revisou o número no fim de julho, quando também rebaixou a promessa de superávit para 2015

"A tendência, mesmo assim, é de números fiscais um pouco melhores (em 2016) do que este ano caso continuem avançando, mesmo que lentamente, as medidas fiscais do Levy (Joaquim Levy, ministro da Fazenda)", afirma Vale.

Batalha política. Recentemente, a equipe econômica travou uma batalha política para evitar um aumento ainda maior da despesa previdenciária.

Em junho, o Congresso derrotou o governo e aprovou uma emenda que permitiria que todos os benefícios da Previdência fossem reajustados com base na política de valorização do salário mínimo. No fim do mês passado, no entanto, a presidente Dilma Rousseff vetou a extensão da regra, mas ampliou a fórmula de cálculo atual do salário mínimo até 2019.

A importância da despesa do INSS fica bastante evidente quando é comparada com o tamanho da economia brasileira. Os benefícios pagos no ano que vem serão equivalentes a 7,9% do PIB, nível recorde e uma alta de 0,5 ponto percentual na comparação com 2015.

O aumento da despesa ao longo dos anos impressiona. Em 1988, ano em que a Constituição foi promulgada, os benefícios equivaliam a 2,5% do PIB. "Se as regras do mínimo e da Previdência não forem alteradas, não há como o gasto da Previdência ser reduzido nos próximos 50 anos", afirma o economista Mansueto Almeida.

Para lembrar. A regra atual de reajuste do salário mínimo começou a ser discutida em 2006, no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A política de promover o ganho acima da inflação começou a vigorar em 2008.

Embora cause pressão nas contas públicas, a política estabelecida para o mínimo é apontada como um forte instrumento de transferência de renda, por ter elevado o poder de compra da população, aumentando o consumo que sustentou o crescimento da economia nos últimos anos. A maioria dos beneficiários do INSS recebe até um salário mínimo.

Crise coloca 75 mil micro e pequenas indústrias em risco de fechamento

11/08/2015 – Fonte: Portal Contábil

Os empresários das Micro e Pequenas Indústrias (MPIs) estão pessimistas e 26% deles revelam risco de fechamento nos próximos 90 dias. Isso é o que aponta pesquisa do Sindicato da Micro e Pequena Indústria de São Paulo (Simpipi). Faturamento, margem de lucro e demissões atingiram recorde negativo.

A crise econômica foi a maior vilã para os empresários. Isso porque 92% das MPIs acreditam que esse momento ruim na economia está afetando seus negócios. Além disso, a inadimplência prejudicou bastante os empresários, já que 51% deles revelaram ter sofrido calote no mês de junho.

"A gente não esperava esses resultados tão ruins. A alta velocidade da queda do mercado interno está muito ruim", afirmou o presidente do Simpipi, Joseph Couri.

A pesquisa, que questionou os empresários sobre os resultados de junho e expectativas para o mês de agosto, constatou que 47% dos entrevistados analisaram o faturamento

como ruim ou péssimo. A margem de lucro também foi citada por 47% como ruim. Esses dois índices são recordes negativos da série histórica, que começou em março de 2013.

Outro indicador que chamou atenção foi o de demissões. No mês de junho, 28% das micro e pequenas empresas demitiram. É o dobro do registro da última pesquisa e maior da série histórica.

Para quase um quarto das empresas, ainda serão necessários mais cortes. Isso porque 23% dos entrevistados pretendem demitir em agosto.

A expectativa para os próximos meses é incerta. Segundo Couri, mesmo com o segundo semestre sendo historicamente melhor que o primeiro, esse ano não se pode afirmar que essa tendência se manterá, já que os indicadores estão bem abaixo do esperado até agora.